**Reunião Ordinária – Data: 18/04/2024**

**Ata n° 04**

Ao décimo oitavo dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial de Criciúma – COMPIRC, de forma presencial, às nove horas da manhã. Estavam presentes os seguintes Conselheiros (as): Márcia Cristina Soares Moraes (Gabinete do Prefeito); Maria Aparecida Ribeiro (Procuradoria-Geral do Município); Nei Alan Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação); Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esportes – FME); Alexandre Valdemar da Rosa (Polícia Militar); Remerson Luiz Vicência (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT); Ivan de Souza Ribeiro (Anarquistas Contra o Racismo-ACR); Maria Estela Costa da Silva (Movimento Organizado Maura Martins Vicência); Maria Helena de Bithecourt (Sindicato dos Servidores Públicos – SISERP); Normélia Ondina Lalau de Farias (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC). **CONVIDADOS:** Marlon Furukawa de Araujo (Diretor de Desenvolvimento Econômico); Camila Medeiros Nunes (Departamento de Gestão de Pessoas); Sandra Helena Cardoso (Presidente da Comissão Processual Disciplinar Permanente); Ricardo de Oliveira (Secretaria da Fazenda). A Presidente Maria Estela Costa da Silva deu início à reunião ordinária do mês de março, dando as boas vindas e agradecendo pela presença de todos. Logo após, foi direto para o terceiro ponto de pauta em relação a situação da servidora Márcia no caso discorrido na última reunião. Agora com a participação da Camila Medeiros Nunes (Departamento de Gestão de Pessoas) a Presidente a questiona e pergunta como estão os encaminhamentos e repercussões em relação a situação da servidora Márcia. A Senhora Camila cumprimenta a todos e iniciou sua fala relatando que houve uma conversa entre as duas, colocando que a Conselheira Márcia aceitou suas desculpas e que a Senhora Camila orientou a mesma a fazer uma denúncia e a verbalizar o caso ocorrido, e a mesma crê que a Conselheira Márcia já esteja providenciando a denúncia a qual vai ser instaurada pela sindicância. A Presidente Maria Estela questionou os demais convidados se haveria questionamentos em relação ao caso. E o Secretário Nei Alan Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação) colocou em sugestão a criação de cursos promovido pelo âmbito da administração pública, principalmente para os gestores de primeiro e segundo escalão, as assessorias, as chefias imediatas as gerências com tudo incluindo também a comissão de avaliação permanente do estágio probatório. O mesmo relatou que é muito importante que este conselho trabalhe na promoção igualdade racial, diz também que as pessoas não negras façam parte dessa igualdade, pois elas precisam ser sensibilizadas, porque quem sofre é a população negra mas isso de jeito nenhum isenta as pessoas não negras de entrar nesse combate ao racismo. Fala também que cada vez mais a população negra está entrando para o espaço de trabalho, e as relações de poder que existem nesses locais a todo momento e as pessoas negras estão sendo testadas. A todo momento o racismo tem atuação de forma extremamente sofisticada nesses espaços. Finalizou dizendo que é importante sim que tenham essa acessibilidade e que saibam como lidar. A Senhora Camila respondeu ao Conselheiro, dizendo que estão abertos para fazer este curso e despertar o pessoal para a realização do projeto, a mesma fala que: Se o Conselheiro têm algum palestrante, ou algum curso pronto, pode ir lá conversar com ela para que haja a inicialização do projeto. O Conselheiro Nei Alan relatou que essa pauta é uma pauta que não se pode personificar. Então não cabe somente o conselho encaminhar e direcionar, são várias mãos se ajudando e direcionando para um melhor caminho. Citou que o Conselho é repleto de pessoas capacitadas para fazer falas potentes dentro das nossas normativas e legislações brasileiras, destacou Secretário Nei Alan. O Conselheiro Ivan de Souza Ribeiro (Anarquistas Contra o Racismo - ACR) saúda aos demais presentes e em especial a Senhora Camila Medeiros Nunes e relatou que teve uma estranheza em relação ao não comparecimento da mesma na reunião passada. Falou também que conversou com a Presidente Maria Estela e foi repassado a ele que aconteceu uma conversa informal com a Senhora Camila sobre a discussão em questão do letramento racial na escola de gestores e com a presença da mesma em oficial na presente reunião, o conselheiro Ivan pediu para que fosse constado em ata que houvesse esse início de diálogo a essa direção. O Conselheiro Ivan relatou “Pensarmos em cotas no serviço público, nas escolas, nas universidades é pouco, as cotas estão presentes nas ações afirmativas. As ações afirmativas são ações paralelas as instituições as cotas para que as condições de existência de cotistas dentro do serviço público possam ocorrer de foma tranquila e recorrente. Então o mesmo diz que é fundamental que seja construído pelo conselho, uma comissão que possa junto a escola de gestores, a construção dessa perspectiva, e que cada setor que for fomentado com essa formação, que reduza a condição de tratar.” O Secretário Nei Alan pediu a fala e respondeu ao questionamento do Conselheiro Ivan e fala que essa situação já está sendo discutida juntamente em um projeto de lei para aprimoramento das cotas raciais, com objetivo de aumentar de vinte a trinta por cento no serviço federal e no serviço público federal. Fala que as bancas e fiscalizações já estão em discussão do mesmo, não somente para a ingressão no mercado de trabalho, mas sim para correções desses equívocos que ocorrem. Retornou a sua fala o Conselheiro Ivan e relatou: “Eu na função de educador, a cada problema, eu tento criar uma solução para o fazer pedagógico. Que essa circunstância sirva para os gestores e conselheiros para criarmos um fazer pedagógico, para que dessa forma, possamos construir ferramentas efetivas para que não se repita e para que nós possamos corrigir posturas, desatenções, desconhecimentos para que possamos nos alinhar através deste debate com muita suavidade. Quando nós falamos disso, estamos falando de pessoas negras que muitas vezes se afundam em depressão e outras questões decorrentes de um processo de muita intrusão.” Encerra o Conselheiro e a Conselheira Normélia Ondina Lalau de Farias (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC), iniciou saudando aos convidados e conselheiros. A mesma discorreu sua opinião e argumentou positivamente a tudo o que foi falando anteriormente com a fala do Conselheiro Nei Alan e também do Conselheiro Ivan Relatou que a importância maior em relação a entrada das pessoas por intermédio deste processo, é válido e legítimo, mas que é necessário também estarmos pensando em políticas de permanência dessas pessoas, não só no serviço público, mas também nas universidades “Abrir as portas e deixar entrar, é uma coisa, agora dar condições para que se sintam bem, permaneçam e saibam que têm direitos de estarem onde quiserem é onde muda um pouco.” A mesma expõe em correlação a fala do Conselheiro Nei, sobre as formações, a mesma destacou que essas formações têm que ser permanentes, pois a rotatividade no serviço público é muito grande. Julgam-se que os cotistas entram no mercado de trabalho, nas universidades por meios facilitados, estão ali porque é “fácil”, pelo sistema de cotas do Brasil, a qual é de extrema mentira. A Conselheira relatou: “Quando você percebe esse privilégio, você vai olhar para o outro diferente.” A Conselheira Maria Aparecida Ribeiro (Procuradoria-Geral do Município) pediu a fala e direcionou a sua fala a Senhora Camila e falou “Se tu estás querendo resolver a situação, afasta as duas do setor” Em continuidade, a mesma destacou sobre a formação, acredita que é importante essa formação para os gestores e também acha importante levar essas situações para eles. A Senhora Camila respondeu aos demais, lembrando que vai ser feita a sindicância e isso vai ser esclarecido e tomada providências, após isso, trará respostas ao Conselho. A Convidada Senhora Sandra Helena Cardoso (Presidente da Comissão Processual Disciplinar Permanente – PAD) Expõe que ouviu os dois lados, pois as duas pessoas envolvidas foram conversar com a mesma. A Senhora Sandra, relata que achou saudável e importante ter a saída da Márcia do setor, justamente para não ter mais problemas em relação a ela. O Conselheiro Ivan questionou a fala da Senhora Sandra, falando que achou a sua fala um tanto quanto controversa na hora que citou que achou saudável e importante ter a saída da Conselheira Márcia, e a sua avaliação a partir dessa comissão foi positiva e não entendeu o seu posicionamento, e a Senhora Sandra o respondeu: “Ivan, no meu entendimento, não sei o que houve se ela realmente iria para o Rio Maina ou para a Santa Bárbara, pelo motivo de que eu não acompanhei essa situação. Comecei a acompanhar a partir do momento que ela chegou para mim e nos colocou o que estava acontecendo. E o meu posicionamento foi positivo a partir dessa situação, então naquele momento de vulnerabilidade dela com os gestores, eu pensei que se fosse eu no lugar dela, eu sairia, principalmente para eu não ser prejudicada.” Conselheiro Ivan responde “Então fica nítido o seguinte, aconteceu o problema, ela é afastada do setor, embora ela tenha uma nota boa, uma boa avaliação e foi afastada o que hipoteticamente seria o problema, e eu não vejo como isso pode ser positivo. As consequências psicológicas de um afastamento, a qual a vítima é punida com uma transferência automática, então eu não vejo, respeitosamente, positividade nessa transferência” A Senhora Camila responde ao Conselheiro Ivan “A vaga disponível que tínhamos era no Rio Maina, a qual estamos precisando muito na área do Tele Saúde, que é na parte administrativa, e em nenhum momento foi cogitada a possibilidade de punir a Conselheira Márcia e mandar ela para longe, não tinha também nenhum conhecimento em relação a onde ela morava, única coisa que ela tinha me relatado é que ela tinha duas filhas, e eu a falei que faria o que eu pudesse para ajudá-la. Em nenhum momento nós pensamos em fazer mal a ela” Destacou a Senhora Camila. A Presidente Maria Estela falou que foi de extrema falta de respeito a atitude que a Casa do Empreendedor teve em relação a situação da Conselheira Márcia, enfatiza também a questão do respeito nos âmbitos gestoriais. A Senhora Camila responde a Presidente e diz que isso não vai mais acontecer. O Conselheiro Alexandre Valdemar da Rosa (Polícia Militar) pediu a fala e narra que fazendo uma relação dentro do âmbito da Polícia Militar, relatou que já houve a situação de um conflito a qual vítima que foi atendida por um de nossos policiais, na qual não gostou da abordagem, e em consequência na maioria das vezes os policiais envolvidos saem. O mesmo citou que seria interessante que a punição e a investigação se direcionasse as duas pessoas envolvidas, para que a resolução do problema não fosse falho. O assunto foi discutido, a Presidente Maria Estela agradeceu a Senhora Camila na qual se fez presente e parte para o próximo ponto de pauta e a Convidada se retirou da sala. O Conselheiro Marlon Furukawa de Araujo (Diretor de Desenvolvimento Econômico) saúda os demais presentes e iniciou sua fala relatando que esteve presente na situação da Conselheira Márcia e narrou que não houve racismo e em nenhum momento a mesma foi destratada e diz “Depois que foi feito avaliação, a Conselheira Márcia passou a não atender a Keli, por consequência começou a atrapalhar o serviço, não sou eu que avalio, eu só estou contando o que eu vi”, eu sou descendente de japonês. O conselheiro Ivan o respondeu “Primeiro, você não está relatando os fatos, você está fazendo juízo de valores. Quando o Senhor diz que não houve racismo, é muito subjetivo essa história de ‘gente assim’, coincidentemente as duas eram de qual cor? E o Senhor que é de origem japonesa e brincam com o termo ‘pinto pequeno’ quantas coisas os japoneses também sofrem?. O senso comum enxerga os asiáticos como?. Mas de forma alguma sofrem com discriminação no seu âmbito de trabalho, educação e saúde. Até porque existe aquela aura que japonês seria o mais inteligente. Então quando o senhor na sua profundidade de pesquisa no âmbito de convívio diz que não houve racismo, é interessante a ausência de autoridade, a qual é aquela capacidade de se colocar no lugar do outro” Continuando a sua fala, o mesmo falou que na condição de não-negro é muito fácil falar que não foi racismo. Muitas vezes a situação de racismo explícito, sem a materialização da palavra mas sim a prática, os julgadores dizendo que não foi racismo são rápidos em dizer que não foi racismo. O Conselheiro direciona a palavra para o convidado Marlon e diz “Diferente do que o senhor informou, o senhor está relatando os fatos e fazendo o julgamento. Seria importante que quando restaurarmos essa comissão do letramento racial, você poderia participar conosco para dialogarmos mais e sempre com extremo respeito”. Finalizou o Conselheiro Ivan. A Presidente Maria Estela agradeceu os demais compartilhamentos dos conselheiros e convidados e encerrou este ponto de pauta. A Presidente expõe aos convidados que terá que sair por motivos maiores e deixa o Secretário do Conselho, Nei Alan, responsável para conduzir a reunião. O Secretário Nei Alan passa a palavra para o Senhor Ricardo de Oliveira (Secretaria da Fazenda) para falar sobre a resposta do memorando CIMG n° 103/2024 o qual está descrito o seguinte texto: “Venho trazer para seu conhecimento que, após análise do Estatuto da Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural União Operária, não identificamos no mesmo, os requisitos solicitados na legislação vigente ( Lei federal 13019/14 e decreto municipal 1400/17, desta forma em resposta ao ofício 06/2024/COMPIRC informamos que, por ora ficamos impossibilitados de repasse de recursos para a Instituição supracitada.” encaminhado e as suas devidas providências. O Senhor Ricardo cumprimentou a todos e se apresenta aos demais participantes. Expõe em sua fala, que foi encaminhado somente o estatuto e a ata a eles, mas que inicialmente era somente para analisar a possibilidade de uma possível parceria de ambas as partes da instituição do clube operária e a administração pública. O mesmo citou que foi visto no estatuto que se fazia falta alguns requisitos, a qual são três obrigatórios: 1) Manter a estruturação contábil, de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade; 2) Trabalhos e finalidades sociais; 3) O saldo remanescente, tem que ser passado a uma outra instituição congenere. Sobre o primeiro tópico o Convidado falou, que é de obrigação do tesoureiro ou do conselho fiscal o requisito da contabilidade. Já do terceiro tópico, sobre o saldo remanescente, tem que constar que em caso de dissolução, o saldo líquido da instituição vai para uma instituição congenere. O Conselheiro Ivan relatou que nós temos duas emendas parlamentares distintas barradas, porque na sequência das hierarquias, o tribunal de contas do estado prendeu o repasse por parte das prefeituras, as entidades que estão dentro desses riscos. O Senhor Ricardo partilha que quando falar-se emenda parlamentar e quando for angariar isso com o Deputado, pedir para vir carimbada para a instituição, que aí eles abrem um programa e consegue-se fazer o cadastramento da instituição. Outra situação seria a dependência do parecer conclusivo de uma auditoria que foi recebido no tribunal de contas. Citou também que alguns documentos deixaram de ser solicitados, a qual foi citado no parecer no tribunal, mas que o mesmo conhece a instituição e sabe a forma que é trabalhada. Agora vai sair um parecer conclusivo e depois da resolução o mesmo volta a conversar sobre a demanda. É importante dar destaque que o trabalho da instituição tem que ser de relevância pública, pro município e pra comunidade. O Senhor Ricardo falou que hoje o trabalho do Conselho seria a adequação do estatuto, outra orientação seria que se houvesse alguém da diretoria como servidor público seria orientada a saída dessa pessoa. Já que na legislação, no artigo trinta e nove fala sobre a não participação de servidores públicos então o mesmo orienta que seja colocada a sociedade como responsável. Encerrou sua contribuição colocando que foi NEGADA a parceria entre a administração pública e a instituição. Agradeceu aos demais membros presentes e se retirou da sala. O Secretário Nei Alan retornou a sua fala, prosseguindo a pauta, o mesmo se referiu as respostas dos ofícios encaminhados. O mesmo Nei Alan, chama a Secretaria-executiva da coordenação dos conselhos Ana Paula para questionar sobre estes documentos no protocolo central e a mesma responde “O primeiro, foi um pedido da Munique para saber a correlação da saúde da população negra do comitê técnico, a qual era a mesma que faria esta fala porém não se fez presente e a deixou justificado” O Secretário Nei pergunta em relação as cadeiras faltantes e a Secretaria-executiva Ana Paula responde “Na última reunião em que o Remerson era o presidente, o GGI-M possuíam uma cadeira e o mesmo encaminhou um ofício dizendo que não poderiam fazer parte deste conselho, mas como convidado. Então teria-se uma cadeira governamental em aberto e nós pensamos na Fundação Cultural, só que os mesmos estão com poucos colaboradores e isso dificulta suas saídas” A Secretaria-executiva expôs que a Presidente Maria Estela o questionou e perguntou se poderia retirar o governamental. E Ana Paula respondeu “Se fosse pra tirar um governamental, teríamos que retirar um não governamental e o não governamental já tem duas cadeiras que perderam, que seria do Hip Hop e o do Ilê Bará Lodê. A mesma sugeriu que a Presidente sugeriu procurar sugestões para uma próxima reunião, trazer propostas e caso não haja respostas seria feita a exclusão do governamental e do não governamental, porque tem entidades que não querem participar e isso acaba dificultando o quórum”. Encerrou a Secretária. O Conselheiro Ivan responde que a instituição Hip Hop é uma cadeira importantíssima e a Ilê Bará Lodê também. Então nós como conselho precisamos dar conta dessa demanda, até porque são duas instituições que são fundamentais a sua participação, e o mesmo propõe que as entidades fiquem responsáveis por irem atrás disso, encerrou o Conselheiro Ivan e o Secretário Nei Alan retornou a pauta e passou que é a sugestão de uma conversa com o NEABI referente ao processo seletivo da universidade UNESC de ações afirmativas. E o Conselheiro Ivan relatou que conversou com alguns pais da comunidade negra, o mesmo perguntou como anda as relações, os encaminhamentos da política de cotas das ações afirmativas da universidade, e o mesmo falou “De imediato, está diminuindo de forma exponencial. Pegando um censo de dois mil e dez, três vírgula vinte e cinco por cento da população de Criciúma e de dois mil e vinte e dois e de dois mil e vinte e três teve um aumento de seis por cento, então teoricamente as políticas deveriam refletir para diminuir também de forma exponencial. O Conselho tem que ‘dar a cara’ exatamente por ser um conselho, que quando vir pontos e demandas, estarmos prontos para podermos discutir de forma institucional. Nós somos o Conselho da comunidade, então nós somos a instância legal e legítima para estarmos indagando a universidade sobre os critérios, a formatação, a lógica, a sequência e também os processos envolvidos, nós como Conselheiros e eleitos da comunidade de Criciúma somos responsáveis, nossas leituras e nossos estudos podem ajudar nessa política” O Conselheiro Continua “Falando agora em detalhe das matrículas da universidade, pelo o que eu sei, a inscrição não se dá depois da abertura das matrículas. As matrículas são feitas, e só depois abre esse processo. Se o aluno está inscrito em alguma matéria e disciplina, ele já fica fora do processo seletivo. Então como é um processo que estamos discutindo a décadas, somente agora começou a se materializar, do jeito que os gestores não negros querem, sem o letramento racial necessário, para o entendimento que é um processo que longe de abrir a porta da cozinha para negros entrarem e permanecerem, pelo contrário, com uma população negra e indígena, podem acessar através das ações afirmativas na universidade. Longe de isso trazer pra baixa qualidade, os saberes, a cosmovisão, a cosmoperseguição da negritude dos indígenas, pode arejar e trazer uma referência muito mais ampla para a universidade. Então quando aplicado e uma comissão permanente de acompanhamento formados nas conduções dos professores, docentes e instituições ocorre, quem ganha é a instituição, quem ganha é a comunidade de Criciúma como um todo. Então por conta de todas essas preocupações, por conta de quão legítimo nós somos para indagarmos respeitosamente a instituição e por conta da condição de fragilidade a frente do NEABI e da Secretaria da Universidade de ter uma conversa de igual para igual, pela questão da hierarquia, não existe espaço. Mas nós temos voz para estarmos não expondo nossas parceiras, mas quem acompanha a UNESC como um todo, percebem que há questões fundamentais a serem discutidas. Então mediante a isso, eu sugiro uma comissão aqui do COMPIRC para estarmos agendando a primeira reunião com a instituição para apresentarmos alguns dados e preocupações em relação a isso.” Encerra o Conselheiro. A Conselheira Normélia Ondina Lalau de Farias, a qual representa a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e a Coordenação do NEABI agradeceu a oportunidade de fala, e expõe, o quanto está feliz com os compartilhamentos trazidos na reunião, concordando com a fala do Conselheiro Ivan dizendo que lá dentro da universidade somos somente CNPJ, a qual tem toda uma hierarquia que tem que ser observada e a momentos em que realmente a gente fica ‘com a faca na bota’, mas ela não sai da bota, porque a gente não pode se mexer e a mesma diz “Também quero dizer a vocês, que realmente está sendo uma conquista dos movimentos e posicionamentos dentro da universidade antiga, para que os nossos possam estar vivenciando isso hoje. Então com essas tensões que foram criadas lá dentro daquele espaço naquele tempo, para que hoje a justiça venha a acontecer. Nós enquanto NEABI e Secretaria de Universidade, em momento algum fomos chamados para discutirmos e prepararmos o edital, essa é a grande verdade.” A mesma colocou que quando foram chamados para receber a notícia do edital, a qual exposto pela Conselheira que o mesmo já estava mais ou menos copilado. A questão é que se por intermédio desse edital não estavam fazendo segregação e aí cita que ligeiramente falaram que não, falamos que o mesmo era legítimo e que ele necessitavam urgentemente pôr em ação. A mesma falou “Percebemos também que naquele momento, não teríamos tempo hábil para discutirmos algumas questões dentro do edital.” “Nós também enquanto secretaria do NEABI, nós nunca sabemos qual é o dia que o edital vai ser lançado antecipadamente, não sabemos também qual vai ser o número de vagas disponibilizadas. E nós de verdade, pressionamos, porque nós queremos inclusive, que isso se estenda para a pós-graduação também, não somente na entrada de novos acadêmicos.” A Conselheira fala que em dois mil e vinte e dois, foram lançadas duzentos e cinquenta e cinco vagas, desses duzentos e cinquenta e cinco, nós tivemos cento e cinquenta e cinco matrículas. Já na segunda edição do edital, foi-se percebido e analisado no primeiro, que sobraram as cinquenta e cinco vagas, então, foi proposto que juntasse aquelas cinquenta vagas que estavam sendo ofertadas, com o restante. Porém não ocorreu. Quando foi se concluído o primeiro edital, uma das primeiras coisas que foram solicitadas enquanto NEABI e secretaria de universidade, é que houvesse a oferta de vagas para os cursos EAD (Ensino a distância). No primeiro semestre de dois mil e vinte e três foram lançadas cinquenta vagas presenciais e vinte vagas EAD. Já no segundo semestre de dois mil e vinte e três, foram lançadas trinta e uma vagas presenciais e vinte EAD. E agora, em dois mil e vinte e quatro, primeiro semestre, foi diminuída mais ainda. A Conselheira relatou que a sua prioridade e função desde o primeiro edital, têm sido a heteroidentificação. Relatou também como é feito o edital, citando que existe uma equipe responsável pela formatação do edital e um grupo para a parte socioeconômica e aí a última etapa é a que passa pela mesma. A mesma citou que não se sente apta para a realização das duas primeiras etapas, então o que faz, é sempre tentar auxiliar e ajudar a todos. Indo para o final da sua colocação, a mesma citou que as falas do Conselheiro Ivan nesta presente reunião, tem sido muito pertinente, brilhante e que acha de muita importância de que nós como conselho devemos verificar essas falhas, porque esse é o papel do COMPIRC. A mesma falou que elas tentaram sistematizar as solicitações do NEABI e da secretaria com a gestão, em relação ao programa até para se saber o que foi atendido e não atendido. O Conselheiro Ivan perguntou a Conselheira Normélia se há alguma comissão acompanhando a desistência e se existe também algum controle por conta disso. A Conselheira Normélia respondeu que esse levantamento é feito a cada semestre. Independentemente de serem cotistas ou não, toda vez que um aluno entra no ‘minha unesc (site para estudantes da universidade)’ pedindo trancamento da matéria ou até mesmo trancando o semestre, todos os professores são comunicados que aquele aluno está pedindo esse trancamento, e, antes mesmo de ele efetivamente trancar, os professores e as coordenações dos cursos buscam conversar com o aluno, buscam entender qual é a dificuldade que está ocorrendo para buscar entender a situação e dificuldade do aluno. Então quanto principal objetivo das solicitações articuladas do NEABI enquanto secretaria de universidade, é fazer esse ampliamento do número de vagas, ampliação para pós-graduação, regulamentação do programa de forma permanente com aprovação, para garantir que seja uma política permanente e não de gestão e regulamentação da comissão de aferição racial. A mesma relata que foi analisado e de todo processo o que mais fragiliza é que não tem nenhuma garantia de que de duzentos e cinquenta votos fomos para trinta a qual não tem-se uma comissão permanente. O Conselheiro Ivan expõe que na fala de alguns gestores, não existe a sensibilidade, não existe a vontade, existe a acomodação de dizer que tem um parente de terceiro grau e então não é racista, diz também que sabe que na Unesc isso também se reproduz de forma fiel. Onde está o branco e o negro, isso se replica, então nós temos que dar continuidade fielmente no letramento racial, que na unesc já foi iniciado a muitos e muitos anos, mas infelizmente é um processo permanente. A grande questão, é o Conselho afirmar de forma efetiva, que nós estamos sempre tomando muito cuidado com a fala, porque não queremos causar desamores e problemas de ordem pessoal. Então a partir daí, construímos uma comissão para estarmos prontos para qualquer eventualidade que venha acontecer. Mediante a fala de todos que colaboraram e que estão no processo tanto quanto estudantes e tanto quanto professores, pedir uma pauta e nós colocarmos essa questão de forma estruturada e técnica. O Conselheiro Ivan expõe ao Secretário Nei Alan que pode apontar alguns integrantes para fazer parte desta comissão para que se comece a discutir essa temática e pergunta ao Secretário Nei se acha que tem-se esse poder da criação deste comitê. O Conselheiro Nei respondeu dizendo que não teria problema algum e o mesmo acrescenta que poderiam criar um ofício oficial a Unesc, pedindo mais informações ou pedindo até mesmo uma abertura para uma reunião com representantes do COMPIRC. O Conselheiro Ivan responde que acha importante, antes de fazer a criação destes ofícios, fazer a base, fazer o alinhamento do que nós estamos entendendo das ações afirmativas da Unesc, para fazer o preparamento deste material para uma vez alicerçada da comissão com o material para depois fazermos essa ida até lá. O assunto foi debatido Sem mais a tratar, o Secretário Nei Alan agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Ana Paula Lemos, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Marcia Cristina Soares Moraes (Gabinete do Prefeito);

Maria Aparecida Ribeiro (Procuradoria-Geral do Município);

Marcela Daiana Vicente Santiago (Secretaria Municipal de Saúde);

Nei Alan Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação);

Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esportes – FME);

Alexandre Valdemar de Rosa (Polícia Militar);

Remerson Luiz Vicência (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT);

Edemir Ramir Milanez Ramires (Nação de Cabimda, Umbanda e Quimbanda – ILÊ BARÁ LODÊ)

Ivan de Souza Ribeiro (Anarquistas Contra o Racismo – ACR )

Maria Estela Costa da Silva (Movimento Organizado Maura Martins Vicência);

Maria Helena de Bithecourt (Sindicato dos Servidores Públicos – SISERP);

Normélia Ondina Lalau de Farias (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC).